



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO CONSELHO DE GOVERNANÇA DO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DAS ENTIDADES VINCULADAS DE MEIO AMBIENTE – CG MMA**

Data: 25/09/2025

Local: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) – 5º andar.

Horário: 16h às 19h

Membros Participantes do Conselho de Governança do MMA:

1. Marina Silva – Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima
2. João Paulo Ribeiro Capobianco - Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
3. Ana Flávia de Senna Franco – Secretária-Executiva Adjunta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
4. Adalberto Felício Maluf Filho - Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental
5. Ana Paula Prates - Secretária Substituta Secretaria Nacional de Mudança do Clima
6. Carina Mendonça Pimenta – Secretária Nacional de Bioeconomia
7. Daniel Pinheiro Viegas – Chefe de Gabinete da Ministra
8. Edel Nazaré Santiago de Moraes – Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável
9. André Rodolfo Lima - Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
10. Marcus Vinícius Alves – Diretor Geral Substituto do Serviço Florestal Brasileiro
11. Humberto Luciano Schloegl – Assessor Especial de Controle Interno
12. Marcelo Marcelino – Presidente-Substituto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
13. Rita de Cassia G. Mesquita - Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais
14. Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
15. Sérgio Besserman Vianna – Presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Pauta da Reunião:

1. Balanço dos 7 Acordos de Gestão de 2025

- a. Balanço do monitoramento do 2º Quadrimestre;
- b. Totalidade das 270 entregas;

2. Balanço das Entregas-Destaques

- a. Balanço do monitoramento do 3º ciclo de avaliação (agosto de 2025) – Fóruns temáticos
- b. 66 entregas-destaque

3. Desafios para concretizar o legado comprometido pela atual gestão

- a. Debate sobre os desafios que ainda permanecem para o alcance dos compromissos firmados

Relato da Reunião:

(1) Balanço dos 7 Acordos de Gestão de 2025:

Apresentação realizada pela Secretária-Executiva Adjunta, Ana Flávia de Senna Franco, na qual

destacou, inicialmente, os resultados da performance da execução das 270 entregas constantes nos 7 Acordos de Gestão. Foram evidenciadas as entregas já concluídas, bem como o percentual de implementação da que ainda estão pendentes para o ano de 2025.

(2) Balanço das Entregas-Destaques

Em continuidade à apresentação, a Secretária-Executiva Adjunta passou a apresentar os resultados de performance das 66 entregas-destaques pactuadas para o exercício. Após uma análise mais geral, momento em que foi evidenciado o desempenho percentual agregado da implementação, foram apresentadas a lista de cada uma das 66 entregas-destaque, organizadas por temas agregadores, a saber: Combate ao Desmatamento e Incêndios; Recuperação e Restauração Florestal; Biodiversidade; Bioeconomia e Povos e Comunidades Tradicionais; Qualidade Ambiental; Emergência Climática; Governança Institucional e Ambiental.

(3) Desafio para concretizar o legado compromissado pela atual gestão

Após a apresentação da lista das 66 entregas-destaque e seus respectivos desempenhos percentuais de implementação, a Secretária-Executiva Adjunta mediou as interações dos membros do Conselho de Governança do MMA, permitindo que cada membro pudesse expor os riscos identificados para o alcance de cada entrega. Os membros foram provocados a refletir sobre quais são os principais desafios que ainda permanecem para o alcance dos compromissos firmados e para o legado que se deseja deixar. A seguir seguem os pontos debatidos por cada unidade participantes.

· Secretaria Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial – SECD

Destacando os avanços na elaboração e publicação dos Planos de Prevenção e Combate aos Desmatamento - PPCDs dos biomas Mata Atlântica e Pampa, na elaboração da Resolução CONAMA sobre transparência e critérios sobre Autorizações de Supressão de Vegetação Nativa (ASV) e na implementação do Programa União com Municípios e do Programa Floresta +. Foi assinalado, ainda, que a SECD vem realizando entregas relevantes não refletidas no Acordo de Gestão, a exemplo das iniciativas relativas à BR-319.

· Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Destaque para o aumento da capacidade operacional de fiscalização e combate do desmatamento, por meio do aumento da frota de aeronaves e da capacidade de transporte de agentes e aquisição de novas bases móveis de apoio operacional, além da implementação dos planos de queima prescrita e controlada. Foi informado, ainda, que 170 novos servidores, aprovados no último concurso, já estão em exercício no órgão, e que o MGI autorizou a nomeação de 25% adicionais classificados no Cadastro Reserva.

· Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais – Sbio

Destacou-se a criação de novas Unidades de Conservação Federais – UCs e que, para além dos 10 processos já concluídos em 2025, 4 processos já foram encaminhados à SECEX, para providências, e que 7 processos se encontram bem adiantados, com as consultas já realizadas. Ademais, destacou-se a estruturação de governança da Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa – Conaveg, a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Foz do Rio Doce, o reconhecimento de 05 unidades de gestão integrada da paisagem, a publicação da Estratégia e os Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) e a implementação de Projetos de cooperação para conservação e restauração.

· Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Registrou-se que a área manejada com fogo neste ano superou a área que demandou combate a incêndios, sinalizando efeitos positivos do manejo integrado do fogo, parte disso pelas condições climáticas favoráveis que contribuíram para a redução dos incêndios. Destacou-se, também, as operações de fiscalização presenciais e remotas realizadas, com o objetivo de reduzir em 20% o desmatamento em Unidades de Conservação Federais e as áreas manejadas com fogo. Além disso, já são mais de 50 mil hectares de áreas degradadas em unidades de conservação federais

diagnosticadas, monitoradas ou em processo de restauração ecológica. Por fim, ressaltou-se que 350 novos servidores, aprovados no concurso público deste ano, já estão em exercício.

· **Serviço Florestal Brasileiro – SFB**

Relatou-se avanços para a publicação de edital de concessão florestal para recuperar áreas públicas desmatadas e degradadas referente à Floresta Nacional do Bom Futuro, no bioma Amazônia. Destaque, também, para a conclusão 40 milhões de hectares inventariados no âmbito do IFN nos biomas Cerrado e Mata Atlântica e conclusão dos biomas Pampa e Caatinga. Por fim, houve referência para início da implementação da CRA, com (i) o desenvolvimento dos Módulos de Gestão de Ativos e de Gestão da CRA junto ao SICAR, (ii) a definição dos procedimentos de verificação das informações documentais e ambientais junto aos estados e (iii) a emissão das primeiras CRAs sobre áreas de RPPN no estado do Rio de Janeiro.

· **Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ**

Destaque para as 850 espécies da flora ameaçadas de extinção contempladas em Planos de Ação Nacional para Conservação e o apoio a 24 Jardins botânicos (federal, estadual e municipal) quanto a implantação, estruturação e desenvolvimento.

· **Secretaria Nacional de Bioeconomia - SBC**

Destaque para o lançamento do Programa REVIMAR - avaliação e monitoramento para conservação da biodiversidade marinha e uso sustentável dos recursos do mar. Além disso, apontou-se os avanços na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia elaborado (PNDBio), do Plano da Sociobioeconomia e na implementação da Internacionalização do Sistema Brasileiro de Acesso e Repartição de Benefícios (SISGEN). Informou-se que a SBC está buscando formas de implementação do PNDBio, com previsão de projeto no valor de R\$ 120 milhões para 2025 e a pré-aprovação de um projeto de R\$ 450 milhões (verificar se é para 2026). Finalmente, assinalou-se, ainda, que a regulamentação da Lei do PSA demanda apoio político para destravar as discussões com o Ministério da Fazenda e a Casa Civil.

· **Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável - SNPCT**

Informou-se que o Programa Bolsa Verde está atendendo à 70 mil famílias, cumprindo assim a meta estabelecida, no entanto, apontou como principal desafio a garantia de recursos financeiros para o Programa Bolsa Verde, que ainda não possui recursos garantido até o final do exercício. Ademais, está nas etapas finais de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PlanPCT. Assinalou-se, também, desafio de recursos humanos na secretaria, em razão do alto volume de demandas de PCT, especialmente relacionadas aos povos indígenas.

· **Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental - SQA**

Foram ressaltados avanços na elaboração de resolução sobre Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR, no Plano de Ação do Programa Cidades Verdes Resilientes, nos marcos legais da logística reversa, no Plano Nacional de Redução e Reciclagem de Resíduos Orgânicos Urbanos (Planaro) e na admissão de projetos qualificados para captação de recursos no âmbito da Lei de incentivo à reciclagem. Registrou-se, ainda, que a equipe da SQA está insuficiente após perda de 45% do quadro em 2024.

· **Secretaria Nacional de Mudança do Clima – SMC**

Indicou-se avanços na elaboração da nova Política Nacional sobre Mudança do Clima, das Propostas da Estratégia Nacional de Adaptação e da Estratégia Nacional de Mitigação (07 Planos Setoriais de mitigação e 16 Planos Setoriais de adaptação). Ademais, forma obtidos avanços importantes na Estratégia Nacional Oceano sem Plástico (ENOP) e nos Planejamentos Espacial Marinho (PEM) Norte e Sudeste. Quanto aos desafios, apontou-se: (a) o Plano Clima, que exigirá articulação de alto nível com o setor agropecuário; e (b) o estatuto jurídico da Emergência Climática, cuja proposta foi encaminhada à Casa Civil em janeiro de 2025, e não obtiveram qualquer resposta até o momento.

(4) Governança Institucional e Ambiental

Por fim, foram registrados e discutidos os avanços relativos ao tema de governança institucional e ambiental. Destacou-se a realização da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e a proximidade de realização da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Além disso, relatou-se sobre a ampliação do financiamento de empreendimentos para mitigação e adaptação à mudança do clima no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, sobre a estruturação do Fundo Ambiental do TAC Rio Doce, lançamento do Programa ARPA Comunidades, a estruturação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e, por fim, sobre os avanços na regulamentação do Licenciamento Ambiental frente ao novo arcabouço legal.

(5) Encerramento

Após as falas dos membros do Conselho de Governança a Sra. Ministra, Marina Silva, fez os últimos apontamentos e agradecimentos, relatando que durante a 80ª edição da Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova York, foi entregue o relatório final do Balanço Ético Global, constituindo um chamado mundial à ação climática rumo à Conferência do Clima, que ocorrerá em Belém (PA) sob a liderança brasileira.

Inspirado no processo do primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, que avaliou, em 2023, os avanços e desafios para a implementação do tratado climático, o Balanço Ético Global busca complementar as avaliações técnicas com reflexões sobre as implicações éticas relacionadas às negociações climáticas. Servem de base para o processo as evidências científicas mais sólidas e recentes produzidas pela academia e pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como as necessidades das populações de cada país na construção de novos paradigmas de desenvolvimento, alinhados à meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento médio do planeta a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.



Documento assinado eletronicamente por **Ariel Cecílio Garces Pares, Diretor(a)**, em 25/03/2026, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, Usuário Externo**, em 25/03/2026, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Rodolfo de Lima, Secretário(a)**, em 26/03/2026, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Guimarães Mesquita, Secretário(a)**, em 26/03/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edel Nazaré Santiago de Moraes, Secretário(a)**, em 26/03/2026, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Felício Maluf Filho, Secretário(a)**, em 26/03/2026, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa de Oliveira Constant Barros, Chefe de Gabinete da Ministra**, em 27/03/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, em 27/03/2026, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carina Mendonça Pimenta, Secretário(a)**, em 30/03/2026, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Besserman Vianna, Usuário Externo**, em 30/03/2026, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário-Executivo**, em 30/03/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS DA SILVA ALVES, Usuário Externo**, em 31/03/2026, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Leite Prates, Secretário(a) Substituto(a)**, em 06/04/2026, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Marcelino de Oliveira, Usuário Externo**, em 07/04/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Oliveira Pires, Usuário Externo**, em 10/04/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Luciano Schloegl, Chefe de Assessoria**, em 27/04/2026, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Flávia de Senna Franco**, **Secretário(a)-Executivo(a)**, em 27/04/2026, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2269024** e o código CRC **0EF63242**.

Referência: Processo nº 02000.003360/2026-36

SEI nº 2269024